

Professores nômades e as comunidades ribeirinhas do Rio Purus, Lábrea, Amazonas, Brasil

Nomadic Teachers and the Ribeirinha Communities of the Purus River, Lábrea, Amazonas, Brazil

Profesores Nômadas y las Comunidades Ribeirinhas del Río Purus, Lábrea, Amazonas, Brasil

Fábio Teixeira Lima¹ , Neli Teresinha Galarce Machado² , Rian Eduardo Diedrich² 

¹ Instituto Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

² Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, Rio Grande do Sul, Brasil.

Autor correspondente:

Neli Teresinha Galarce Machado

Email: ngalarce@univates.br

Como citar: Lima, F. T., Machado, N. T. G., & Diedrich, R. E. (2025). Professores nômades e as comunidades ribeirinhas do Rio Purus, Lábrea, Amazonas, Brasil. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 18(37), e22734. <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v18i37.22734>

RESUMO

Este artigo investiga o trabalho dos “professores nômades” nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, no Amazonas, com foco nos desafios culturais e sociais enfrentados por esses educadores e no impacto dessas dificuldades no desenvolvimento do ano letivo. A pesquisa adota uma abordagem analítica e, em alguns trechos, segue uma linha propositiva. Os resultados indicam que, apesar do comprometimento dos “professores nômades”, eles enfrentam obstáculos que exigem uma abordagem mais estruturada para garantir uma educação de qualidade, adaptada às realidades do contexto amazônico e capaz de assegurar a permanência dos jovens em seus territórios, fortalecendo sua identidade local.

Palavras-chave: Educação no Amazonas. Professores. Ribeirinhos.

ABSTRACT

This article explores the work of “nomadic teachers” in the ribeirinha communities of the Purus River, Amazonas, focusing on the cultural and social challenges faced by these educators and the impact of these difficulties on the development of the academic year. The research adopts an analytical approach, utilizing documentary sources such as institutional reports from the education departments of the municipality of Lábrea and the state of Amazonas. The study suggests that, despite the commitment of the “nomadic teachers,” they face obstacles that require a more structured approach to promote quality education, adapted to the realities of the ribeirinha

communities, and capable of ensuring the permanence of young people in their territories and their connection to local identity.

Keywords: Education in Amazonas, Teachers, Ribeirinhos.

RESUMEN

Este artículo explora el trabajo de los "profesores nômadas" en las comunidades ribeirinhas del río Purus, en Amazonas, enfocándose en los desafíos culturales y sociales que enfrentan estos educadores y el impacto de estas dificultades en el desarrollo del año escolar. La investigación adopta un enfoque analítico, utilizando fuentes documentales como los informes institucionales de las secretarías de educación del municipio de Lábrea y del estado de Amazonas. La investigación sugiere que, a pesar del compromiso de los "profesores nômadas", enfrentan obstáculos que requieren un enfoque más estructurado para promover una educación de calidad, adaptada a las realidades de las comunidades ribeirinhas y capaz de garantizar la permanencia de los jóvenes en sus territorios y su conexión con la identidad local.

Palabras clave: Educación en Amazonas, Profesores, Ribeirinhos.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma reflexão ao abordar um tema pouco explorado no campo da educação: a realidade dos professores ribeirinhos na Amazônia. Além de tratar de uma região frequentemente marginalizada no cenário acadêmico, o texto destaca a experiência desses docentes que, mesmo sem vínculo, atravessam os rios para exercer sua profissão em comunidades remotas.

O texto lança um olhar sobre a realidade dos "professores nômades" que atuam nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, especificamente no estado do Amazonas, Brasil. Trata-se de uma pesquisa sobre o ensino nas regiões mais isoladas do Brasil. Procurou-se entender os desafios enfrentados por esses educadores, desde os processos seletivos de contratação até a rotina de mudanças constantes entre as comunidades.

O termo "professores nômades" foi escolhido para o estudo devido à constante mudança de ambiente social, cultural, natural e profissional desses educadores, que deixam suas casas em Lábrea para lecionar por oito meses na região do rio Purus, no Amazonas. A escolha do termo reflete tanto o deslocamento físico quanto as dinâmicas profissionais temporárias e incertas enfrentadas pelos docentes (Figura 1). A imagem destacada retrata uma cena típica desse período, quando os professores se integram à dinâmica local. Além disso, a cena retrata as estruturas arquitetônicas das casas, que se adaptam às variações do nível do rio, evidenciando como a construção e o modo de vida nas comunidades estão intimamente ligados ao ambiente fluvial e às constantes mudanças naturais.

Figura 1. Caminho de acesso à comunidade da Praia do Bom Futuro. Fonte: SEMEC/LBR (2020).



Historicamente, o nomadismo era associado a povos que se deslocavam em busca de recursos para sobrevivência, mas o conceito moderno abrange mudanças em busca de estabilidade profissional e financeira, como é o caso dos professores ribeirinhos. Muitos são recém-formados e aceitam contratos temporários, sem garantia de retorno à mesma comunidade, o que faz deles "andarilhos" em busca de sustento e oportunidades. Além disso, o espírito aventureiro descrito por Gontijo (2007) caracteriza esses profissionais, que enfrentam desafios diários, como isolamento, falta de infraestrutura e incertezas sobre o futuro de seus contratos, destacando a precariedade e resiliência envolvidas no trabalho docente em regiões remotas.

Este estudo adota como premissa a análise da profissionalização docente em contextos geográficos e culturais específicos, levando em conta as condições de vida e trabalho que impõem desafios tanto para docentes quanto para gestores. A partir de um referencial teórico, como o de Bourdieu (2004) e Veiga-Neto (2003), essa análise reconhece as particularidades sociais, culturais e ambientais que influenciam as práticas pedagógicas, exigindo dos profissionais uma adaptação constante ao contexto local. A formação docente, então, precisa ser reflexiva e contextualizada, integrando saberes locais e globais, e levando em consideração as condições de trabalho que impactam diretamente o processo educativo, como a mobilidade e as limitações logísticas enfrentadas nas comunidades (Vasconcelos, 2017).

O artigo se configura como um ensaio teórico ao reinterpretar teorias no contexto das comunidades ribeirinhas. Nesse processo, a reflexão sobre a profissionalização docente explora os desafios específicos enfrentados pelos educadores nessas localidades. A construção teórica, combinando a literatura existente com as experiências e perspectivas dos autores, permite um aprofundamento nas questões tratadas.

METODOLOGIA

A estrutura metodológica deste estudo é fundamentada em uma abordagem qualitativa que visa analisar as condições de trabalho e os desafios enfrentados pelos professores ribeirinhos no Amazonas, mais especificamente nas comunidades do rio Purus. O artigo adota um modelo analítico que se apóia em uma revisão teórica e na análise de documentos institucionais, como planos de aula e conteúdos curriculares. Além disso, são incorporadas as contribuições teóricas de autores como Bourdieu (2004, 2007), Freire (2015), Marconi e Lakatos (2018), Fachin (2017) e Gil (2017) os quais discutem as implicações sociais, culturais e políticas do ensino em contextos adversos. O estudo investiga a realidade de professores que atuam como "professores nômades", transitando

por diversas comunidades em busca de estabilidade profissional em um cenário de insegurança contratual.

A análise metodológica também se apropria de fontes documentais, principalmente da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) de Lábrea e da Secretaria de Estado da Educação do Amazonas (SEDUC), para compreender como as políticas educacionais influenciam a prática pedagógica nessas regiões isoladas. A metodologia busca compreender as dinâmicas locais e a complexidade do processo educativo nas comunidades ribeirinhas. Além disso, incorpora uma reflexão crítica sobre a precarização do trabalho docente e o controle político nas contratações. A metodologia adotada permite uma análise integradora entre a teoria e a prática, com foco nas especificidades culturais, sociais e ambientais da região amazônica.

Este estudo adota uma abordagem analítica fundamentada em quatro eixos metodológicos: análise documental, com base em Bardin (2008); análise das práticas e da reprodução social, a partir de Bourdieu (2004, 2007); dimensão ética e dialógica da docência, conforme Freire (2014, 2015) e Alcântara (2016); e reflexão sobre currículo e saberes locais, com Veiga-Neto (2003), Lopes e Macedo (2011) e Brígida e Ramos (2020).

A pesquisa utiliza documentos institucionais da SEDUC e da SEMEC, como planos de aula e conteúdos curriculares, articulados às contribuições de Lopes (2004, 2006, 2009, 2011, 2012, 2013) e Lima (2020, 2022). O objetivo é compreender como as políticas educacionais e os instrumentos normativos moldam a prática pedagógica e as condições de trabalho dos professores no contexto amazônico.

O referencial teórico permite discutir as relações de poder no ambiente escolar (Bourdieu, 2004, 2007), a centralidade do diálogo e da formação crítica na prática docente (Freire, 2014, 2015; Alcântara, 2016) e a integração entre saberes locais e universais no contexto amazônico (Veiga-Neto, 2003; Lopes e Macedo, 2011; Brígida e Ramos, 2020).

O estudo de fontes documentais possibilitou uma interpretação mais abrangente das condições da docência nas comunidades ribeirinhas, articulando as reflexões teóricas sobre currículo, formação docente e ensino contextualizado. É relevante destacar que muitas dessas reflexões estão diretamente vinculadas à pesquisa da tese de doutorado de Lima (2022), na qual é relatada a imersão do pesquisador nas comunidades e sua interação com os professores "nômades". A análise também considerou as condições de trabalho dos docentes em contextos adversos, abordando a atuação das políticas públicas e os desafios enfrentados, conforme discutido por Gontijo (2007), Souza e Meireles (2014) e Oliveira et al. (2017).

O CONTEXTO

A realidade dos professores que atuam nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, especialmente durante os períodos de plantio, colheita e extração de recursos naturais, é marcada pela ausência de estudantes, que, muitas vezes, deixam a escola para ajudar suas famílias nas atividades agrícolas (Figura 2). O mapa com a localização das comunidades e das escolas foi organizado por Lima (2022). Embora este artigo aborde questões que envolvem a percepção do pesquisador, não haverá uma vinculação direta à pesquisa de campo realizada por ele.

Esse cenário destaca o impacto cultural que os docentes enfrentam ao lidar com um contexto social em que o trabalho comunitário e familiar interferem diretamente no processo educacional. A ausência dos estudantes nesses períodos expõe a difícil conciliação entre o ensino formal e as necessidades econômicas e sociais das famílias ribeirinhas, o que demanda uma reflexão mais profunda sobre as condições e desafios que os educadores enfrentam nessas regiões.

Figura 3. Escola Municipal Novo Marahã, Amazonas. Fonte: Lima (2022).



A escola ribeirinha tem uma função transformadora, atuando como um ponto de encontro e desenvolvimento social, cultural e intelectual, além de contribuir para a formação de uma cidadania consciente e integrada às questões ambientais e locais. Para Souza e Meireles (2014) as escolas ribeirinhas se tornam centros comunitários, promovendo atividades sociais e culturais essenciais ao desenvolvimento local. Os professores, ao atuarem nessas comunidades, inevitavelmente enfrentam mudanças culturais, sociais e ambientais, sendo necessários processos de adaptação para contribuir eficazmente ao ensino e à aprendizagem. A logística do transporte dos professores para as comunidades ribeirinhas do rio Purus, em Lábrea/AM, por ser complexa e exigir cuidados especiais, é um desses processos de adaptação e persistência.

Sobre as contratações, para o Ensino Fundamental, elas ocorrem por indicação via Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), enquanto os docentes do Ensino Médio, em modalidade mediada por mídia, são selecionados através de processo seletivo simplificado (PSS) da Secretaria Estadual de Educação do Amazonas (SEDUC) (Figura 4). Quando contratados, os professores participam do planejamento, o qual inclui a organização das acomodações e o transporte fluvial. O deslocamento utiliza barcos capazes de transportar até 220 passageiros e 25 toneladas de carga, garantindo que os professores permaneçam com estrutura nas comunidades ao longo do ano.

Sobre as missões, estas são realizadas geralmente em março e duram mais de seis dias. São realizadas por barcos que enfrentam as dinâmicas naturais do rio Purus. Antes do início das aulas, no mês de abril, uma equipe da Secretaria de Educação realiza a entrega da merenda escolar e dos suprimentos estruturais para os docentes, superando obstáculos como bancos de areia e áreas de difícil navegação. A logística requer habilidades específicas dos pilotos, devido às características imprevisíveis do rio e à erosão constante. A experiência dos profissionais envolvidos garante a efetividade do transporte e do ensino nas áreas mais isoladas.

Esse complexo cenário reflete os desafios enfrentados pelos professores que vão até as comunidades ribeirinhas, que precisam não só lidar com as dificuldades logísticas, mas também adaptar suas práticas pedagógicas às especificidades locais.

Figura 4. Deslocamento dos professores nas comunidades ribeirinhas do rio Purus. Fonte: SEMEC/LBR, 2018.



PRECARIZAÇÃO DA DOCÊNCIA E CONTROLE POLÍTICO

A profissionalização docente em contextos geográficos e culturais adversos requer uma abordagem teórica que compreenda a docência como uma prática condicionada por fatores estruturais e sociais específicos. Bardin (2008) argumenta que a organização do trabalho pedagógico deve considerar as particularidades socioeconômicas e culturais do ambiente escolar, de modo a garantir que os professores recebam o suporte necessário para exercerem as funções de maneira eficaz. Freire (2015) complementa essa perspectiva ao afirmar que a educação deve ser entendida como um processo dialógico, no qual o professor não é apenas um transmissor de conteúdo, mas um mediador que permite aos alunos construir seus saberes a partir de suas próprias realidades.

Por outro lado, Lopes e Macedo (2011) destacam que a integração entre saberes locais e globais pode fortalecer um ensino mais contextualizado, especialmente em regiões como as escolas ribeirinhas do rio Purus. Nesse contexto, o currículo é flexível e adaptado às especificidades ambientais e culturais da comunidade, como apontado por Brígida e Ramos (2020).

Para tanto, a LDB (1996) sustenta essa flexibilidade curricular, permitindo que as escolas adaptem seus conteúdos às necessidades regionais, promovendo uma formação mais alinhada às condições de vida dos estudantes. Nesse sentido, a responsabilidade pública deveria garantir condições adequadas à carreira docente e isso passa pela valorização do professor como agente central da educação e pela implementação de políticas que assegurem infraestrutura, formação continuada e apoio pedagógico (Souza & Meireles, 2014). A ausência desses elementos compromete a qualidade do ensino e a permanência dos profissionais nas escolas, afetando diretamente o desenvolvimento social e educacional das comunidades.

O planejamento pedagógico e a seleção dos conteúdos curriculares nas escolas ribeirinhas do rio Purus não funcionam sem a adaptação do ensino às realidades culturais e ambientais locais. Segundo Brígida e Ramos (2020), o currículo deveria ser alinhado às especificidades das comunidades para garantir que o processo de ensino e aprendizagem possa ser vivenciado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) permite a personalização dos currículos, sobretudo em áreas rurais e ribeirinhas.

O planejamento educacional nas escolas ribeirinhas acontece em duas etapas: inicialmente, um momento coletivo na SEMEC e, em seguida, nas escolas polos, onde os professores, após conhecerem seus alunos e as especificidades da comunidade, ajustam o currículo para atender às necessidades locais (Ferreira, 2010). Nesse sentido, Lopes e Macedo (2011) e Munhoz (2019) argumentam que o currículo deve integrar os saberes culturais locais aos conhecimentos globais, promovendo uma educação mais contextualizada e relevante.

Apesar das dificuldades contextuais, como o transporte e a infraestrutura precária, o planejamento educacional exige um esforço coletivo, com o objetivo de refletir as características locais. Bardin (2008) ressalta a importância de considerar o ambiente socioeconômico e cultural da comunidade na organização das atividades pedagógicas. Freire (2015), por sua vez, propõe que o processo educativo deve permitir aos estudantes construir o conhecimento por meio da interação com sua realidade, reconhecendo sua vivência e cultura como parte integrante do processo de aprendizagem.

Outro desafio enfrentado pelos professores é o trabalho em salas multisseriadas, comuns nas escolas ribeirinhas. Essas turmas exigem flexibilidade pedagógica, pois o docente precisa adaptar os conteúdos para atender a diferentes idades e níveis de aprendizado, como apontam Oliveira et al. (2017), Gontijo (2007) e Munhoz (2019). Essa exigência demanda habilidades específicas para garantir que todos os alunos, independentemente de sua faixa etária ou conhecimento prévio, possam avançar no processo de aprendizagem.

Além de sua função educacional, as escolas ribeirinhas assumem um papel relevante como centros de convivência comunitária, oferecendo um espaço para atividades sociais e culturais, conforme destacam Souza e Meireles (2014). Nesses contextos, a escola é vista pela comunidade como uma oportunidade valiosa de acesso à educação formal. Para os pais, ver seus filhos aprenderem a ler e escrever é motivo de grande orgulho, reforçando a importância da escola como um agente de transformação social e melhoria das condições de vida dessas comunidades. Nesse processo, o professor atua não apenas como facilitador do conhecimento, mas também como agente de mudança social, contribuindo para a consolidação do ensino e o desenvolvimento das áreas ribeirinhas, como discutem Souza e Meireles (2014).

Desde 2021, comunidades ribeirinhas do Rio Purus e coordenadores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) de Lábrea/AM têm questionado o processo de seleção de docentes para essas áreas. Foi identificado que o Processo Seletivo Simplificado (PSS), previsto na Lei Nº 915 de 15 de dezembro de 2011, não vem sendo aplicado corretamente. Essa lei regula a contratação temporária de professores, conforme o Artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, que permite admissões por tempo determinado para atender necessidades temporárias do serviço público.

Na maioria das contratações, prevalece a indicação por influência de cargos públicos. Currículos são enviados à Secretaria de Educação para avaliação, mas a escolha frequentemente favorece profissionais das áreas em que as autoridades municipais obtiveram maior votação. A nomeação de professores se torna uma estratégia para reforçar laços com a comunidade e garantir apoio em futuras eleições.

O controle político sobre essas contratações é analisado à luz das reflexões de Oliveira, que menciona Foucault ao descrever a "arte de governar" como um meio de controle sobre os indivíduos. Foucault sugere que as "técnicas de si", que emergem de uma "estética da existência", se referem tanto à governança dos outros quanto à autogovernança, na busca pela liberdade. A partir da noção de "regiões da experiência", Foucault permite compreender que, ao se constituírem como sujeitos de suas experiências, os indivíduos adotam diferentes formas de agir em relação ao "código de ação", tornando-se sujeitos morais de sua conduta (Oliveira, 2014, p. 92).

No contexto amazônico, essa forma de controle é conhecida como "coronel de barranco", conceito explorado por Reis (1977), onde indivíduos com poder político utilizam sua influência para controlar a política e a população local. Essa prática ainda persiste nas escolhas de professores para

atuar nas comunidades ribeirinhas e rurais de Lábrea/AM, conforme evidenciado pelos dados da pesquisa, revelando a manutenção do controle político sobre as comunidades e sobre os profissionais da educação.

A contratação de docentes ocorre predominantemente por indicação de autoridades municipais, como prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e secretários. Embora gestores afirmem que a seleção se baseia na análise de currículos e que os editais são divulgados em meios oficiais, não há registros desses documentos, o que inviabiliza a participação igualitária dos candidatos conforme prevê a legislação.

Na prática, os currículos são encaminhados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) por meio dessas indicações, sem um edital público que estabeleça o número de vagas e os critérios de seleção. O último concurso oficial ocorreu em 2008, reforçando um modelo de recrutamento baseado em influência política. Assim, a avaliação curricular serve apenas para validar requisitos mínimos, enquanto a escolha dos docentes já está previamente definida.

A atuação docente em comunidades ribeirinhas da Amazônia expõe um contraste entre os princípios éticos da educação e a forma como as contratações ocorrem. Alcântara (2016, p. 17) aponta que a ética profissional é fundamental para garantir a qualidade do ensino e sua função social. No entanto, em Lábrea, a escolha de professores para as zonas rurais e ribeirinhas não se baseia em critérios técnicos, mas em interesses políticos. Os vereadores encaminham currículos à SEMEC, que contrata professores temporariamente por apenas oito meses. Esse modelo de recrutamento enfraquece a estabilidade docente e interfere na continuidade do ensino. Além disso, a prática reforça redes clientelistas, fazendo com que os professores dependam de apoios políticos para permanecerem no cargo. Assim, em vez de serem tratados como profissionais autônomos, tornam-se instrumentos de manutenção do poder local. Essa estrutura administrativa compromete a qualidade da educação e reduz a autonomia tanto dos professores quanto das comunidades. A interferência política na gestão educacional dificulta a implementação de políticas públicas consistentes, reforçando desigualdades e limitando qualquer avanço estrutural na formação docente e na oferta de atendimento educacional da população ribeirinha.

O controle político sobre as contratações no ensino contribui para a perpetuação das desigualdades, disfarçado sob a aparência de um sistema acessível. Bourdieu (2007) observa que, embora o sistema educacional se apresente como democrático, ele sustenta privilégios que reforçam a reprodução do poder político e econômico. Em Lábrea, essa dinâmica compromete a equidade no acesso às vagas docentes e fragiliza a meritocracia no processo seletivo.

O Decreto nº 4.748/2003 estabelece que a contratação temporária de professores deve ocorrer por meio de processo seletivo simplificado, com ampla divulgação do edital, garantindo um acesso equitativo às vagas, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Contudo, na prática, as influências políticas locais distorcem essa normativa, comprometendo a transparência e a justiça do processo seletivo.

Um modelo mais eficaz é observado na Secretaria de Estado da Educação do Amazonas (SEDUC), que adota contratos de 24 meses, renováveis por igual período. Esse formato permite maior continuidade no exercício da docência, favorecendo o acúmulo de experiência e tornando os candidatos mais competitivos em futuras seleções (Relatório SEDUC, 2018). A adoção de práticas semelhantes em Lábrea reduziria a interferência política e promoveria uma maior profissionalização no ensino.

O último concurso público em Lábrea ocorreu em 2002, com 200 vagas para o ensino fundamental, divididas entre áreas urbanas e rurais. Atualmente, apenas quatro professores concursados permanecem em exercício nas comunidades ribeirinhas, evidenciando a precarização do quadro docente. A alta rotatividade de professores contratados anualmente compromete a continuidade pedagógica, prejudicando o aprendizado dos alunos e a qualidade da educação.

A ausência de um processo seletivo estruturado, que valorize a experiência e a permanência dos docentes, reflete políticas educacionais que negligenciam a estabilidade do magistério e permitem a manutenção de práticas clientelistas. Esse cenário reforça a precarização do ensino e impacta diretamente a formação dos estudantes nas comunidades ribeirinhas e rurais.

Sobre os aspectos políticos e legais, especialmente sobre as práticas de controle político nas contratações e sua relação com o processo educativo nas escolas ribeirinhas, acredita-se que há uma conexão entre essas práticas e os desafios enfrentados no cotidiano escolar, pois a relação entre a política local e a contratação de docentes nas escolas ribeirinhas é uma questão complexa que envolve práticas de controle político, que muitas vezes resultam em um impacto negativo direto no processo educativo. Embora a discussão sobre a contratação de professores e a conexão com o sistema político local seja pertinente, ela ainda carece de uma análise mais crítica sobre como essas práticas afetam a qualidade da educação e a autonomia pedagógica nas escolas. Lançamos algumas reflexões frente a isso.

Dessa forma, entende-se que em muitas regiões, a contratação de professores não é apenas uma questão de mérito ou competência, mas frequentemente se torna uma ferramenta de controle político. Políticos locais, muitas vezes, utilizam a contratação de docentes como uma forma de garantir apoio político, favorecendo a nomeação de candidatos que estejam alinhados com suas agendas partidárias ou que sejam ligados a grupos políticos específicos, em detrimento de profissionais qualificados. Afinal, esse tipo de prática tem várias implicações negativas, como a nomeação de professores com base em interesses políticos, e não em critérios de qualificação que levam à contratação de profissionais sem a formação ou experiência adequadas para o contexto específico das escolas ribeirinhas. Isso gera um impacto direto na qualidade do ensino, pois os educadores não têm a estrutura necessária para lidar com as particularidades culturais, ambientais e pedagógicas da comunidade escolar.

Outro aspecto, é o desestímulo à carreira docente, pois quando a contratação de professores se dá por questões políticas, isso mina o incentivo à qualificação e à excelência profissional. Além disso, a alternância de governantes e mudanças nas práticas políticas locais resultam em uma grande rotatividade de professores, o que impede a construção de uma equipe pedagógica estável e comprometida. Essa instabilidade prejudica o planejamento pedagógico de longo prazo e afeta negativamente o relacionamento entre professores e alunos.

Ainda sobre a contratação “politizada” e a instabilidade no corpo docente existem reflexos diretos no processo educativo nas escolas ribeirinhas, pois de certa forma o docente que não está familiarizado com a realidade das comunidades ribeirinhas, ou que não tem um vínculo com a região, dificilmente conseguirá adaptar suas práticas pedagógicas de maneira coerente. Isso se reflete na falta de um currículo realmente contextualizado, que leve em conta os saberes locais, as condições ambientais e culturais, e as necessidades específicas dos alunos. Da mesma forma, a instabilidade do corpo docente dificulta a implementação de programas de formação continuada. Com a rotatividade de professores, a gestão de programas formativos qualificados fica comprometida, pois cada novo professor tem uma abordagem pedagógica diferente, sem um alinhamento claro com os projetos educativos estabelecidos pela escola ou pela comunidade (Santos e Junior, 2022).

E de outro ponto de vista, o fato de as contratações políticas muitas vezes não priorizarem a capacitação profissional contribui para a desvalorização do ensino nessas regiões. A formação deficiente dos professores acaba refletindo em práticas pedagógicas que não conseguem engajar os alunos ou promover um aprendizado significativo, criando um ciclo de desigualdade educacional.

Conforme se analisou nos documentos, de forma legal, a contratação de docentes nas escolas públicas segue um conjunto de normas e regulamentações estabelecidas pelos sistemas educacionais estaduais e federais. No entanto, a efetividade dessas leis enfrenta obstáculos nas regiões ribeirinhas devido à fraqueza da fiscalização e à grande influência de práticas políticas locais.

Isso se manifesta de várias maneiras: as contratações emergenciais ou não sem Concurso Público sendo que em muitos casos, a falta de concursos públicos regulares e a nomeação de professores sem o devido processo seletivo resultam em contratações que não garantem a qualificação necessária para o exercício da docência. Outro aspecto, as condições de trabalho dos professores nas escolas ribeirinhas, as quais em muitas situações, violam os direitos trabalhistas, como o não pagamento de benefícios, a falta de segurança nas condições de trabalho e a sobrecarga de jornada devido à falta de professores qualificados. Isso pode comprometer a saúde mental e física dos educadores, afetando diretamente a qualidade do ensino. Por fim, a falta de implementação das Políticas Educacionais as quais existem, mas as diretrizes e políticas públicas federais voltadas para a melhoria da educação nas escolas ribeirinhas é deficiente e a aplicação dessas políticas frequentemente se torna dificultada pela falta de fiscalização e pela pressão política local. Em muitos casos, o controle político nas contratações e nas decisões pedagógicas interfere na implementação das políticas públicas, o que impede a efetividade de programas educacionais destinados a essas regiões.

OS DESAFIOS

Para analisar os locais de atuação dos professores e os desafios enfrentados, é necessário compreender os trajetos percorridos e os impactos culturais no ensino. Laraia (2014, p. 45) afirma que "o homem é resultado do meio cultural em que foi socializado". Os docentes enfrentam dificuldades em garantir o ensino em um ambiente culturalmente diverso (Weisz, 2002). Chartier (1990, p. 151) destaca que "saber ler é outra coisa, que não é apenas poder decifrar um único livro, mas mobilizar as múltiplas riquezas da cultura escrita". Para os professores, o fator cultural influencia a motivação dos estudantes e exige adaptação ao contexto local.

Bourdieu (2004, p. 43) afirma que "a cultura é essa espécie de saber gratuito, para todos os fins, que se adquire em geral numa idade em que ainda não se têm problemas para colocar". O respeito às condições e tradições locais fortalece a relação entre professores e comunidades. Lira e Chaves (2016, p. 69) reforçam que "comunidade é o espaço em que se solidificam as relações sociais e modos de vida específicos".

Burke (1992, p. 346) aponta que "os defensores da narrativa são encorajados a examinar a relação entre os acontecimentos e a cultura em que ocorrem". Veiga-Neto (2003, p. 5) argumenta que as dificuldades surgem ao lidar com diferentes culturas dentro da educação. Assim, é necessário avaliar a formação dos professores para atuação no rio Purus, considerando adaptações nos conteúdos e no calendário escolar.

As teorias de Bourdieu auxiliam na compreensão das mudanças geográficas e sociais que impactam os docentes. Hall (2006) contribui com o conceito de identidade cultural, base para entrevistas realizadas com professores e membros da comunidade. Schön (1995, p. 91) destaca a importância da prática reflexiva, que permite aos professores adaptar suas metodologias às realidades locais. A formação continuada fortalece a atuação dos docentes e aproxima o ensino da realidade dos estudantes. A troca de experiências entre professores e comunidades ribeirinhas pode orientar novos docentes. Freire (2014, p. 33) afirma que "não é possível fazer uma reflexão sobre o que é a educação sem refletir sobre o próprio homem". Relatórios detalhados das comunidades auxiliam professores em formação a compreender melhor o contexto em que atuarão. Bourdieu (2007, p. 215) ressalta que "não há professores que não estejam obrigados a considerar a situação e a função pedagógica na elaboração de seu discurso".

A formação docente em comunidades ribeirinhas exige uma adaptação que considere as especificidades locais. Observa-se que o processo educativo nesses espaços incorporou a vivência dos professores e estudantes no cotidiano das regiões. Weisz (2002) enfatiza a importância de valorizar os saberes prévios dos alunos, tornando a escola um espaço de troca. Nesse contexto, o

calendário escolar é estruturado de acordo com as variações climáticas, uma vez que a navegação no rio Purus influencia diretamente o transporte e o início das aulas. Durante a seca, os bancos de areia impõem desafios à locomoção, interferindo na frequência e continuidade do ensino. Vasconcelos (2017) aponta que mudanças ambientais impactam o planejamento escolar, enquanto Brígida e Ramos (2020) ressaltam a necessidade de alinhar o calendário ao ciclo das águas, garantindo uma educação que dialogue com a realidade ribeirinha.

Em Lábrea, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) estabeleceu dois inícios de ano letivo: abril para as escolas urbanas e final do mês para as rurais e ribeirinhas. Para cumprir 200 dias letivos, o calendário incluiu 31 sábados, eliminando o recesso de julho. O encerramento do ano letivo depende do transporte que leva os professores de volta à cidade. Essas adaptações demonstram a necessidade de conciliar as condições naturais com as exigências educacionais, garantindo a continuidade do ensino nas comunidades ribeirinhas.

Propor medidas concretas e eficazes para superar os desafios educacionais enfrentados pelas comunidades ribeirinhas é uma proposta defendida nesse artigo. Um ponto central é a necessidade de combater o clientelismo e as nomeações politizadas por meio da realização de concursos públicos regionais. Esses concursos devem ter critérios claros de seleção, baseados no mérito e na adequação ao contexto local. Além disso, a transparência em todo o processo de contratação é fundamental para evitar práticas de favorecimento político e garantir que os docentes sejam escolhidos de forma justa e qualificada.

O estabelecimento de programas de formação continuada adaptados às necessidades das escolas ribeirinhas é outro ponto. Isso permitiria que os professores desenvolvessem competências pedagógicas específicas para esse contexto, incluindo metodologias de ensino contextualizadas e o uso de tecnologias acessíveis em zonas remotas. A estabilidade do corpo docente deve ser incentivada por meio de políticas que promovam o compromisso de longo prazo dos professores com a comunidade escolar.

Os órgãos de fiscalização, tanto locais quanto federais, devem reforçar a aplicação das leis que regulam a contratação de docentes e garantir que seus direitos sejam respeitados. A manutenção de uma vigilância constante sobre a implementação das políticas educacionais para assegurar o cumprimento das metas estabelecidas é um aspecto importante. O currículo, geralmente centrado em conteúdos urbanos e generalistas, precisa ser ajustado para incorporar os saberes locais, as especificidades culturais e os contextos de vida das comunidades ribeirinhas. Para isso, os professores devem ser capacitados para integrar elementos da cultura e do cotidiano dos alunos ao conteúdo pedagógico.

Entre as estratégias práticas, destaca-se a incorporação de temas locais no currículo, permitindo que os professores integrem conteúdos diretamente ligados à realidade dos alunos, como dinâmicas fluviais, o ciclo das águas, a biodiversidade local e as tradições culturais ribeirinhas. Isso pode ser feito por meio de atividades interativas, como estudos de campo e projetos sobre sensibilização ambiental. Além disso, a incorporação de saberes tradicionais, como práticas de pesca, cultivo e a história local, possibilita uma conexão entre teoria e prática, valorizando o conhecimento ancestral das comunidades.

Os professores das escolas ribeirinhas enfrentam desafios, como a falta de recursos pedagógicos, pois a maioria dessas escolas carece de materiais didáticos adequados, como livros, equipamentos de informática e recursos audiovisuais. O isolamento geográfico também representa um problema, já que o difícil acesso às escolas e a precariedade da infraestrutura de transporte dificultam tanto o deslocamento de professores e alunos quanto a realização de atividades complementares e acompanhamento pedagógico.

Para mitigar esses problemas, algumas ações podem ser adotadas, como o desenvolvimento de materiais pedagógicos locais, incentivando a produção e utilização de materiais didáticos feitos por e para a comunidade, como livros sobre mitos e histórias locais, atividades sobre a fauna e flora

da região e recursos audiovisuais que retratem o cotidiano ribeirinho. Além disso, a promoção de projetos de pesquisa-ação em parceria com universidades é uma solução para desenvolver metodologias pedagógicas adaptadas às necessidades da comunidade escolar. Por fim, estimular a participação ativa das famílias e lideranças locais no processo educativo por meio de reuniões periódicas, identificação das demandas educacionais e desenvolvimento de soluções coletivas contribui para melhorar a qualidade da educação em comunidades ribeirinhas.

CONCLUSÃO

Em síntese, os "professores nômades" das comunidades ribeirinhas são figuras centrais em um cenário educacional marcado por desafios que transcendem o âmbito pedagógico, envolvendo questões sociais, políticas e naturais. A atuação apresenta um compromisso com a difusão e compartilhamento do conhecimento, enfrentando a precariedade das condições de trabalho, as exigências de adaptação ao ambiente natural e as complexidades dos processos de contratação. Esses educadores são, em essência, agentes de transformação, cuja dedicação permite que a educação alcance territórios esquecidos, contribuindo para a construção de uma cidadania mais consciente e para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades isoladas.

A educação oferecida nas escolas ribeirinhas, apesar de ensinar habilidades básicas, ainda carece de uma conexão mais profunda com as demandas locais, como o fortalecimento da economia comunitária e a valorização do saber tradicional. Além disso, as práticas políticas que permeiam a contratação de professores comprometem a transparência e a equidade no processo seletivo, reforçando o controle comunitário e a influência dos políticos locais sobre o ensino. Tal cenário evidencia a urgência de uma reforma educacional e política que assegure o acesso igualitário e a valorização dos profissionais da educação, promovendo uma formação contextualizada com a realidade dessas regiões.

Este artigo tratou da atuação dos professores nas comunidades ribeirinhas, apresentando as fragilidades de um sistema educacional que, apesar de sua presença, ainda precisa de ajustes para atender às necessidades reais do interior ribeirinho do Brasil. A reflexão proposta aponta para a urgência de políticas públicas que integrem educação, ética e desenvolvimento local, com o objetivo de promover a permanência dos jovens nas comunidades e fortalecer um ensino que seja adequado à realidade histórica e sociocultural dessas localidades. A implementação de tais políticas permitiria a melhoria da qualidade educacional e a valorização e o respeito pelas especificidades dessas comunidades.

Contribuições dos Autores: Lima, F. T.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Machado, N. T. G.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Diedrich, R. E.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

Aprovação Ética: Não aplicável.

Agradecimentos: Não aplicável.

REFERÊNCIAS

- Alcântara, D. (2016). *Ética e Profissionalização docente*. Goiânia: Kelps.
- Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. (2004). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

- Bourdieu, P. (2007). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Brasil. (2010). Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília, 2010.
- Brasil. (1996). Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez.
- Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. (2002). Parecer n. 01/2002/DF. Brasília: Ministério da Educação.
- Brígida, A. L. B. S., & Ramos, E. de M. (2020). Banheiros do Rio Negro e a Escola Ribeirinha: as aulas de educação física no contexto da hinterlândia amazônica. *Revista Teias*, 21(61), 113-128.
- Burke, P. (1992). *A escrita da história: novas perspectivas* (M. Lopes, Trad.). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Chartier, R. (1990). *A história cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL.
- Fachin, O. (2017). *Fundamentos de Metodologia*. São Paulo: Saraiva.
- Ferreira, J. da S. (2010). *E o rio, entra na escola? Cotidiano de uma escola ribeirinha no município de Benjamin Constant/AM e a formação de seus professores* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- Freire, P. (2014). *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2015). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Gontijo, P. E. (2007). Pensando uma Docência Nômade: apontamentos a partir do Deleuze (alunos e professor) do ABECEDÁRIO. *Revista Sul-americana de Filosofia e Educação – RESAFE*, 7(6), 101-111.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade* (11ª ed.). Rio de Janeiro: DP&A.
- Kreutz, M. R., Schneider, P., Santos, P. dos, & Machado, N. G. (2018). *Educação Patrimonial: dinâmicas da colonização humana no Vale do Taquari*. Lajeado/RS: Ed. Univates.
- Laraia, R. de B. (2014). *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lima, E. dos S., & César, R. V. de M. (2020). Professores Nômades: (Re) Construindo Táticas Pedagógicas no Ciberespaço. *Revista Docência e Cibercultura – REDOC*, 4(2), 119-142.
- Lima, F. T. (2022). *Professores nômades: a trajetória do ensino nas comunidades ribeirinhas no Rio Purus, Lábrea, Amazonas, Brasil* (Tese de Doutorado). Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado.
- Lira, T. de M., & Chaves, M. de P. S. R. (2016). Comunidades Ribeirinhas da Amazônia: organização sociocultural e política. *Interações (UCDB)*, 17, 66-76.
- Lopes, A. C. (2012). Democracia nas políticas de currículo. *Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso)*, 42, 700-715.
- Lopes, A. C. (2006). Discursos nas Políticas de Currículo. *Revista Currículo sem Fronteiras*, 6(2), 33-52.
- Lopes, A. C. (2004). Políticas Curriculares: continuidade ou mudança de rumos? *Revista Brasileira de Educação*, 26, 109-119.
- Lopes, A. C. (2013). Teorias Pós-críticas, Política e Currículo. *Revista Educação, Sociedade e Cultura*, 39, 7-23.

- Lopes, A. C., & Macedo, E. (2009). Nota Introdutória – Cultura e Política: implicações para o currículo. *Revista Currículo sem Fronteiras*, 9(2), 5-10.
- Lopes, A. C., & Macedo, E. (2011). *Teorias de Currículo*. São Paulo: Cortez.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2017). *Fundamentos de metodologia científica* (8ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2018). *Técnicas de pesquisa* (8ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Munhoz, A. V. (2019). Por uma Docência Nômade: em defesa de uma política do movimento. *Revista de Educação Unisinos*, 23(3), 425-438.
- Oliveira, A. (2020). Os dilemas da educação no contexto da pandemia: tecnologia, desigualdade e democracia. In M. P. Gossi & R. Toniol (Orgs.), *Cientistas Sociais e o Coronavírus* (pp. 707-710). São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha.
- Oliveira, F. J. de, Santos, W., & Souza, A. T. de. (2017). Entre Desafios e Possibilidades: práticas docentes desenvolvidas em classes multisseriadas. *Revista Científica da FASETE*, 3, 68-83.
- Oliveira, V. F. de. (2014). Pesquisar nas narrativas de vida com Michel Foucault: a noção de cuidado de si na formação docente. In G. F. Farias & H. S. Antunes (Orgs.), *Desafios e Perspectivas na Educação Rural: fazeres pedagógicos e seus múltiplos olhares* (pp. 87-97). Curitiba, Paraná: CRV.
- Reis, A. C. F. (1989). *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Reis, A. C. F. (1977). *O Seringal e o Seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola.
- Santos, E. C., & Lacerda Junior, J. C. (2022). Os desafios da docência na Educação Básica durante a pandemia de COVID-19 na cidade de Lábrea, Amazonas, Brasil. *Actualidades Investigativas en Educación*, 22(3).
<https://doi.org/10.15517/aie.v22i3.50626>
- Schön, D. A. (1995). Formar professores como profissionais reflexivos. In A. Nóvoa (Coord.), *Os professores e sua formação* (pp. 365-381). Lisboa: Dom Quixote.
- Secretaria Municipal de Educação de [Lábrea] (SEMAD). (2018). *Relatório SEMED/LBR*. [Lábrea].
- Souza, E. C. de, & Meireles, M. M. de. (2014). A forma da outra beira: escolas rurais – entre invisibilidades, permanências e perspectivas. In G. F. Farias & H. S. Antunes (Orgs.), *Desafios e Perspectivas na Educação Rural: fazeres pedagógicos e seus múltiplos olhares* (pp. 69-85). Curitiba, Paraná: CRV.
- Vasconcelos, G. T. B. de. (2017). *Educação Básica Ribeirinha: um estudo etnográfico na região amazônica* (Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo).
- Veiga-Neto, A. (2003). Cultura, Culturas e Educação. *Revista Brasileira de Educação*, 23, 5-15.
- Weisz, T., & Sanchez, A. (2002). *O Diálogo Entre o Ensino e a Aprendizagem*. São Paulo: Ática.

Recebido: 2 de abril de 2025 | **Aceito:** 15 de agosto de 2025 | **Publicado:** 6 de outubro de 2025



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.